

CARTA AOS GESTORES E PARTICIPANTES DO
ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
Curitiba, 4, 5 e 6 de dezembro de 2013

RACISMO E SAÚDE MENTAL

O Brasil é o país com o maior contingente de negros e negras fora da África, correspondendo a 52,9% dos brasileiros.¹ É a segunda maior população de negros e negras de todo mundo - 104,2 milhões de pessoas, atrás apenas da Nigéria.

Quando confrontamos os indicadores sociais – saúde, renda, educação, moradia, emprego, justiça ou qualquer outro que queiramos, a população negra está sempre em desvantagem quando comparada à população branca, o que nos permite assinalar a dimensão da desigualdade racial, para além da desigualdade social brasileira.

Esses dados aliados a história de escravização dos afrodescendentes determinam não só a ocupação de um lugar social, como também, a ocupação de um lugar simbólico no imaginário da sociedade brasileira que contribui para a perpetuação do racismo, através da discriminação e da exclusão de grande parcela deste segmento.

O campo da educação são espaços privilegiados para transformação e mudança de crenças e preconceitos, ao contrário disto, temos constatado como esses espaços têm sido ao longo do tempo, campos privilegiados para o silenciamento do racismo, dificultando as ações para o desenvolvimento de subjetividades coerentes e compatíveis com os pertencimentos raciais da realidade brasileira. Isto ocorre ora com a convivência, ora com a ignorância sobre relações raciais por parte dos profissionais que atuam nas instituições.

A identificação desses fatores podem favorecer por um lado, a intervenção na dimensão subjetiva dos indivíduos, necessária para trazer à consciência as representações depositadas no imaginário social, que brancos e negros têm de si e do outro e, por outro, a formulação de ações estratégicas que garantam, conforme os princípios do SUS, a equidade na atenção à saúde dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

A **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN**, em seu processo de construção, passou por todas as instâncias de decisão até sua aprovação e publicação no Diário Oficial em 2009. Assim a PNSIPN “rezou” na cartilha do SUS, cumpriu todos os passos para sua institucionalização.

No entanto, o planejamento elaborado para a implantação da política jamais foi colocado efetivamente em prática e sequer foi monitorado e avaliado.

O *Estatuto da Igualdade Racial*^{II} transforma a política^{III} em lei “... O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.”

O Ministério da Saúde^{IV} assinala que

“A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é uma resposta do Ministério da Saúde às desigualdades em saúde que acometem esta população e o reconhecimento de que as suas condições de vida resultam de injustos processos sociais, culturais e econômicos presentes na história do País. (...) não há como negar que persiste ainda hoje, na nossa sociedade, um racismo silencioso e não declarado. A persistência desta situação ao longo desses anos é facilmente observada na precocidade dos óbitos, nas altas taxas de mortalidade materna e infantil, na maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas, bem como nos altos índices de violência urbana que incidem sobre a população negra. (...)”

A Marca da política é o “*reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde*”, e suas diretrizes gerais preconizam:

- Inclusão dos temas racismo e Saúde da População negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da Saúde e no exercício do controle social na Saúde;
- Ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde, em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS, adotados no Pacto pela Saúde;
- Incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;
- Promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas;
- Implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde nas distintas esferas de governo;
- Desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação, que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para a redução das vulnerabilidades.

Portanto, é dentro da perspectiva de promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, a discriminação e o enfrentamento ao racismo e sexismo nas instituições e serviços do SUS, é que **esperamos dos gestores e dos trabalhadores da saúde o compromisso** com inclusão da temática em todas as ações da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde, em particular, nas ações de educação permanente quando se pensa na formação dos servidores frente à nova proposta de reorganização dos serviços.

É importante salientar que “*O exercício da prática desta política e o aperfeiçoamento da gestão solidária e participativa irão contribuir para a consolidação do Sistema Único de Saúde, objetivo de todos que lutam pelo direito universal à saúde como uma condição para a democracia participativa*”.^V

Assinam este documento:

Instituto AMMA Psique e Negritude

Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es

Conselho Regional de Psicologia SP - CRP SP

Conselho Federal de Psicologia - CFP

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'GOLO)

Instituto de Mulheres Negras do Amapá - IMENA

Fulanas Negras da Amazônia Brasileira

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN

Instituto Fontes para o Desenvolvimento Social

Rede Mulheres Negras – PR

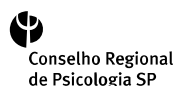
Rede de Mulheres de Terreiro

Espaço Cultural D' Venetta

Associação Cultural de Mulheres Negras

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

Apoio:



^I Pnad 2013: <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2013-09-27/pnad-populacao-brasileira-chega-197-milhoes-de-pessoas>

^{II} Lei 12.288 de 20 de julho de 2010

^{III} *Instituída pela Portaria 992 – 13/05/2009*

^{IV} Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde, na publicação “Política Nacional de Saúde Integral, uma política do SUS” -

http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf

^V Idem